

**BURLE MARX NO VALE DO ITAJAÍ + POLÍTICA NA
DINAMARCA + O PISO DO MAGISTÉRIO CATARINENSE +
SOCIABILIDADE NO PERÍODO DA DITADURA + RIO + 20: 0
QUE ESPERAR? + ASCRISES DO CAPITALISMO + O REMORSO
DE BALTAZAR SERAPIÃO + A DIVISÃO DE PODER NA FURB**

EXPRESSÃO

Ano 3 Número 27 Maio.2012

Uma publicação
do Sindicato dos
Servidores Públicos
do Ensino Superior
de Blumenau

UNIVERSITÁRIA

www.sinsepes.org.br

O LADO SOMBRIO DO TRABALHO

Na passagem do Dia do Trabalhador, entenda o que há por trás dos números que colocam Blumenau como cidade que mais gera empregos do Estado página 5



Imagem do quadro Operários (1933), de Tarsila do Amaral, uma das protagonistas da primeira fase do Movimento Modernista Brasileiro

»» Editorial

Foto: Magali Moser

1o de maio, Dia do Trabalhador e 2 de maio, aniversário da FURB, que completa 48 anos de fundação, duas datas comemoradas nesse mês que fazem refletir sobre o papel que nossa instituição teve e terá na formação dos trabalhadores e que, direta ou indiretamente contribui para a manutenção de emprego e geração de renda no Vale do Itajaí. A FURB divide hoje esse papel com muitos outros centros de formação e capacitação de profissionais, cabendo destacar que professores e gestores que atuam em outros centros de ensino passaram também pela FURB, sendo portanto uma célula importante na gênese desse segmento que fortalece o emprego e a competitividade local.

Alguns números divulgados em relação ao trabalho em Blumenau são comentados nessa edição, destacando nossa cidade como a primeira do Estado de Santa Catarina na geração de empregos no primeiro trimestre desse ano. É necessário porém,



O setor têxtil, um exemplo dos mais afetados pelo processo, praticamente desaparece em muitas regiões dos EUA e na Europa, onde cidades pólo vivenciaram o fechamento de suas empresas

observar que dados trimestrais representam uma série histórica curta averiguando as flutuações que ocorrem em uma série mais longa e atentar para a qualidade dos empregos gerados. A verdade é que estamos em constante ameaça na luta para sermos competitivos em um mundo desigual desnudado por um processo de livre comércio, que por um lado nos proporciona o acesso a alguns bens mais baratos mas que pelo outro, nos coloca frente a constantes adaptações do modus operandi de processos de produção, concorrência e necessidades de atualização profissional.

Para as classes trabalhadoras mais frágeis esse é um cenário de difícil compreensão para a tomada de decisões frente às mudanças globais. A transferência de fábricas da Europa para países emergentes da América Latina, Índia e China, por exemplo, demonstra a busca incessante na redução de custos de produção, onde em função da pequena mobilidade da mão-de-obra esta não pode acompanhar.

Na China estamos vivenciando fortemente a migração interna de cerca de 130 milhões de pessoas do campo para a cidade. São trabalhadores com pouca qualificação que abastecem as fábricas com baixo nível de especialização e formam um grande "exército de reserva" com conseqüências sociais e econômicas não só internas, mas que afetam o emprego e salários no resto do mundo.

As desigualdades ficam evidentes e muitos documentários produzidos na Europa e EUA, mostram os efeitos perversos da mudança rápida que a globalização tem causado.

A crise destacada em nosso artigo "O que está acontecendo no mundo?" aponta as implicações políticas e a falta de direção para um novo modelo. A competitividade desigual na zona do Euro, fragilizou países como a Grécia, Espanha, Portugal e outros. Na Espanha a taxa de desemprego alcançou no mês de abril 24,4 % da PEA, e em muitos países desenvolvidos, os trabalhadores jovens pela primeira vez na história têm a expectativa de ter uma vida pior e mais difícil que tiveram seus pais.

O setor têxtil, um exemplo dos mais afetados pelo processo, praticamente desaparece em muitas regiões dos EUA e na Europa, onde cidades pólo vivenciaram o fechamento de suas empresas. Se em nossa região estamos conseguindo sobreviver já é um alento, mas há um custo alto e risco para a manutenção dos empregos com os salários reais pagos. Já há uma oferta cada vez menor de costureiras e os jovens cada vez menos querem trabalhar em fábricas.

O tema Inovação e Desenvolvimento abordado no VI Encontro de Economia Catarinense, em Joinville, no mês de abril, destacou em sua palestra de abertura proferida pelo Prof. Jorge Brito da UFF a estrutura do Sistema Nacional de Inovação (SNI) e os gastos em pesquisa e desenvolvimento que empresas e setor público dispendem na busca de competitividade.

Os números comparados internacionalmente são muito baixos, mas estão melhorando de forma tímida. A classe empresarial de uma forma ge-

ral sempre teve pouco acesso ou ignorou o aspecto do desenvolvimento tecnológico, basta analisar o número de patentes que são registradas anualmente e os gastos em P&D. Atualmente o discurso tem sido diferente, Inovação é tema central nas discussões atuais.

No Brasil os dados mostram que metade dos gastos em ciência e tecnologia são realizados pelo setor público e outra metade pelo setor privado. O jornal Valor Econômico destacou na edição de 27 de abril em matéria sobre o assunto o ranking de produção de patentes de 2001 a 2010 onde no 1º Lugar figura a Petrobrás S.A. com 415 registros, logo a seguir vem as Universidades em 2º Lugar a Unicamp com 394 registros, em 3º a USP com 235, seguidos da FAPESC, UFMg e outros. A grande presença das Universidades e seus institutos e núcleos de Inovação não é novidade, nos últimos anos o Instituto INOVA (Unicamp) fechou o licenciamento de 364 patentes que geraram R\$1,98 milhão em royalties. Em 2004 a Inova fechou 17 acordos e no ano passado foram 52.

Por que tratar desse assunto? Nesse início do mês teremos a discussão da 1ª. Parte do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional com a revisão da Visão e Missão da FURB que estão sendo revistos e onde poderemos refletir o contexto da nossa contribuição histórica para o desenvolvimento regional, já que temos como Universidade diferenças peculiares que precisam ser exploradas no âmbito do Ensino da Pesquisa e Extensão e da relação com a comunidade externa. Para a geração de empregos com qualidade, inovação, tecnologia são um dos pilares onde a FURB pode firmar sua grande contribuição no futuro.

DIRETORIA SINSEPEs | 2011/2014

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **1º Tesoureiro:** Leandro Junkes (Biotério Central), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoní Goretta Damo (CCS), **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** André Luís Almeida Bastos (CCT)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edegar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA)

Suplentes: Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

Jornalista responsável: Magali Moser (02353 JP-DRT/SC).
Diagramação e edição: Magali Moser. **Tiragem:** 3.000 cópias.
Gráfica: Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

O que está acontecendo no mundo?

Sucessão de crises do capitalismo expõe perversidade e contradições do sistema econômico que se alimenta da desigualdade

POR JULIANO GIASSI GOULARTI, aluno do Mestrado em Desenvolvimento Regional da FURB

< goularti_21@hotmail.com >

O modo de produção capitalista parece andar conturbado. As manchetes dos jornais causam apreensão. A crise econômica internacional, que muitos economistas iluminados ao consultar sua bola de cristal afirmavam ter acabado em 2010, aprofundou-se no último semestre. A dívida federal do governo dos EUA passou de 9,2 trilhões de dólares em 2007 a 14,5 trilhões em 2011, o que corresponde a 100% do PIB. Na Europa a dívida alcança 63% do PIB da Espanha, 76,5% na Inglaterra, 81,7% na França, 93% em Portugal, 114% da Irlanda, 120% da Itália e 152% do Grécia. A renegociação em cima de nova renegociação acabou virando uma gigante bola de neve, para não dizer uma avalanche. Mesmo assim, os países da Zona do Euro insistem na medicação errada, servindo assim aos interesses do capital financeiro. Ao escrever o livro *Globalização: as conseqüências humanas*, Zygmunt Bauman (1999) observa que “Quanto mais numerosas as verdades ortodoxas que desalojam e superam, mais rápido se tornam cânones inquestionáveis”. Diria eu que é preciso duvidar do senso comum, pois ele tem sido altamente nocivo para a sociedade.

Fruto das influências teóricas desenvolvidas por Adam Smith em seu livro *A Riqueza das Nações* (1776), a política ditada pelo regime do *laissez-faire* e da mão invisível, que privilegia poucos e exclui milhares, associada à sua incapacidade para garantir o emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e dos rendimentos, tem de certa forma unificado a classe trabalhadora na Europa. Há pelo menos 150 anos Marx já havia dito no *Manifesto do Partido Comunista* (1999), “Trabalhadores do mundo, uni-vos, vós não tendes nada a perder a não ser vossos grilhões”.

Depois de ler Marx, é muito difícil imaginar o nascimento, ascensão e consolidação do capitalismo sem o exercício do poder estatal, e sem a criação de instituições governamentais. Com a crise do capital, começam a surgir às greves gerais e manifestações nos EUA, na Grécia, Espanha, Grã-Bretanha, Portugal, Itália e outros. Sem considerar as revoluções nos países árabes, do norte da África, também parte desse processo mundial, que além das lutas econômicas, brigam também por liberdades democráticas. De acor-

do com o livro do geógrafo Milton Santos, *Por uma outra globalização* (2010), “É como se o feitiço virasse contra o feiticeiro.” Diante disto, os trabalhadores têm protagonizado grandes lutas no enfrentamento à cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI), que é de arrocho salarial, aumento de impostos, demissões, corte de gastos públicos e austeridade fiscal.

O comitê executivo da burguesia acaba aceitando uma ordem de prioridades que privilegia alguns poucos atores, relegando a um segundo plano a sua imensa maioria. Com isso, no final, a crise provocada pela financeirização do capital é jogada nas costas da classe trabalhadora. Para salvar os donos do capital financeiro da bancarrota, foram necessários US\$ 9,682 trilhões. De acordo com alguns especialistas que especulam na Bolsa de Valores de Nova Iorque, com este recurso daria para saciar cinco vezes a fome no mundo, porém ainda insuficiente para saciar a crise. O liberalismo econômico que cotidianamente reproduz a tese do livre mercado é igual a filho adolescente. Somente corre atrás do pai e da mãe quando está doente ou precisando de dinheiro. No caso dos liberais, correm atrás do Estado.

Num mercado avassalador onde a racionalidade do espí-

Segundo a ONU, os 2% mais ricos do mundo possuem mais da metade da riqueza global, enquanto os 50% mais pobres, 1%. O preço da

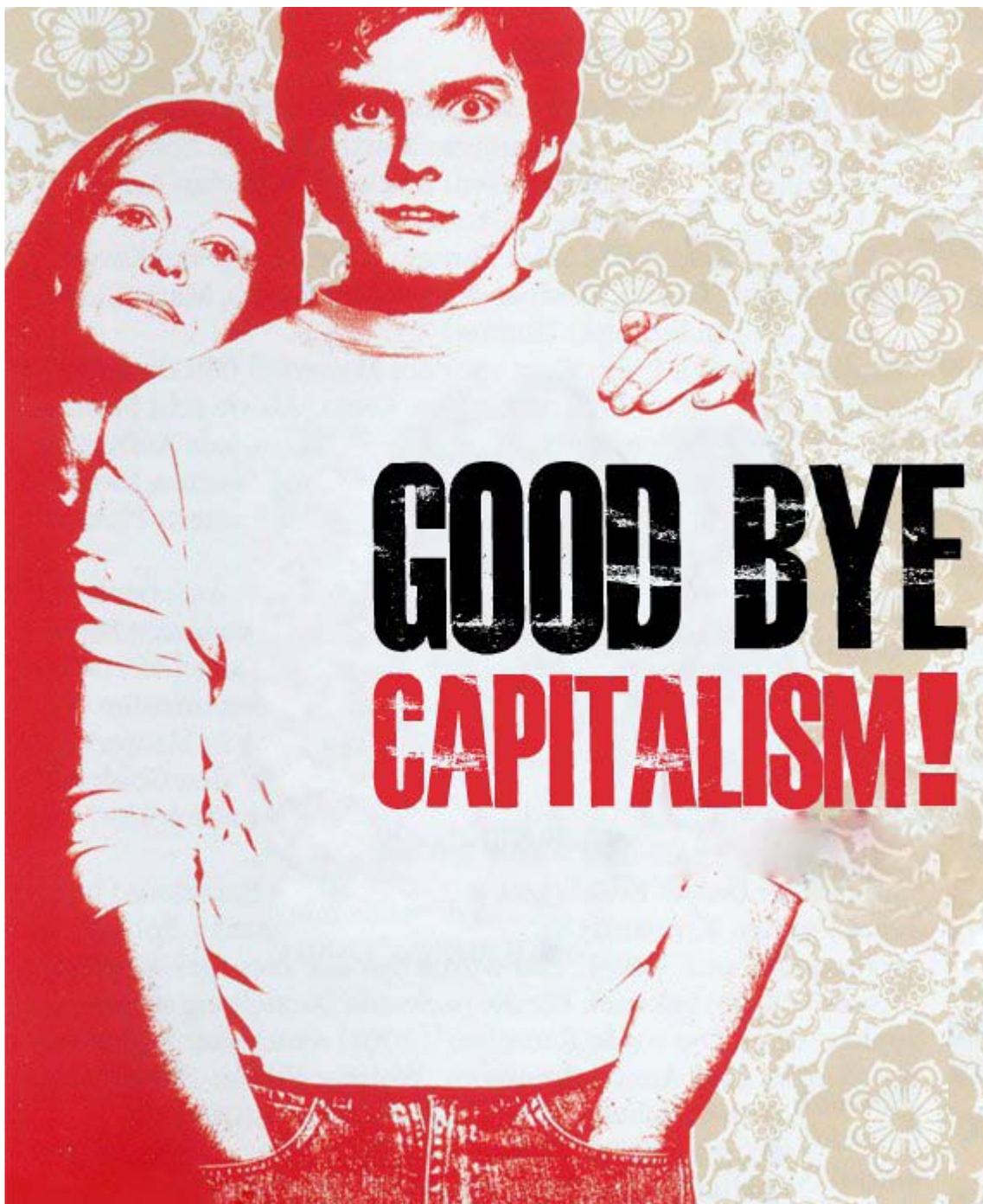
rito capitalista cotidianamente se impõe como uma fábrica de perversidade, 1/6 da população mundial passa fome. Dois bilhões de pessoas sobrevivem sem água potável. Um bilhão e meio de pessoas ganha menos de um dólar por dia e há um número incalculável de refugiados. Ainda segundo a ONU, o flagelo mata um ser humano a cada 3,5 segundos, a maioria crianças menores de 5 anos. Ainda assim, o defensor do livre mercado Alan Greenspan, em seu livro, *A*

Era da Turbulência (2008), afirma que “No entanto, todas as evidências confiáveis indicam que os benefícios da globalização superam em muito seus custos, mesmo além das searas econômicas”. Sem precisar de lupa, esta afirmação é uma falácia do mesmo modo como acreditar em coelhinho da páscoa e Papai Noel.

Contrariando radicalmente a postura de Greenspan, Milton Santos em seu livro *A Natureza do Espaço* (2009), escreve que “[...] a globalização, em seu estágio atual, é uma globalização perversa para a maioria da humanidade”. Prova desta confirmação que em 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um estudo apontando que os 2% dos mais ricos do mundo possuem mais da metade da riqueza global, enquanto os 50% mais pobres, 1%. O preço da acumulação é pago com a miséria.

Por fim, para David Harvey, em seu mais novo livro, *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo* (2011), ao escrever sobre a crise econômica mundial e a ineficácia das medidas de arrocho adotadas por países como a Grécia, afirma que “Quem está perdendo até agora é o povo. Há uma transferência de riqueza do povo para os bancos”. As crises não são acidentes, mas fundamentais para o funcionamento do sistema. O capital não resolve as crises, mas as move de um lugar para o outro. Elas mudam geograficamente (Harvey, 2011). Contudo, a crise pela qual passa hoje o sistema capitalista expõe não apenas sua perversidade, mas também suas contradições. Dado que o capitalismo é uma gigantesca máquina que produz e reproduz desigualdade, por que não pensar no socialismo? Fica a reflexão.

Uma alusão ao filme alemão *Good Bye, Lênin!* (Adeus, Lênin!), de 2003, dirigido por Wolfgang Becker que se inspira na queda do muro de Berlim (arte: <http://vanguardaendo.blogspot.com.br/>)



Rio + 20: ruptura do modelo ou maquiagem?!

Controvérsias à parte, a Conferência da ONU poderá viabilizar um diálogo amplo com diversos agentes sociais

POR ANDRESA G. WAGNER - ECONOMISTA, Especialista em Sustentabilidade Integral, Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental, docente no Depto. de Economia

<agwagner@furb.br>

A espécie humana por séculos viveu em equilíbrio dinâmico com o meio natural. No entanto, nos dois últimos séculos, principalmente, esta situação vem sendo exponencialmente alterada. A qualidade e a quantidade de energia que a sociedade vem consumindo e os resíduos decorrentes deste consumo têm provocado desequilíbrios socioambientais sem precedentes.

A exploração predatória dos recursos naturais, o crescimento da violência, a degradação social, a (i) mobilidade urbana são problemas interdependentes que desafiam nossa inteligência. Neste contexto, inúmeros atores sociais propõem reflexões a cerca do modo de organização da sociedade humana, colocando em xeque os imperativos do atual sistema de produção, distribuição e consumo.

Desde a Conferência de Estocolmo em 1972, primeira reunião mundial para discutir questões ambientais globais, vários pesquisadores tem apontado que o crescimento econômico ilimitado é impossível frente à capacidade de suporte da biosfera terrestre. No documento Nosso Futuro Comum, a assembleia da ONU registra em 1987 uma alternativa para o modelo de desenvolvimento vigente, propondo a busca de um desenvolvimento sustentável - DS.

Para a ONU, este é o modelo de “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.” No mesmo documento, a Comissão

Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (1988, p. 31) explica que “o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras.”

Partindo desta concepção inicial, realiza-se em 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como Rio 92. O objetivo central do evento era desenvolver caminhos que viabilizassem o DS, ou seja, buscava-se conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção do sistema ecológico. Importante mérito da conferência, que reuniu representantes de mais de 190 países, foi proporcionar visibilidade a temática socioambiental, evidenciando a necessidade de um sistema econômico coerente com os limites biofísicos da Terra.

A sociedade contemporânea tem privilegiado um estilo de vida baseado no consumo de bens materiais, na extração desenfreada de recursos naturais e na produção de resíduos tóxicos que contaminam a natureza e o ser humano. A lógica capitalista do “quanto mais, melhor” tem sido, ao menos em parte, responsável por impregnar valores que levaram os indivíduos a primar pelo ter ao invés do ser.

Para produzir e comprar em ritmo crescente, temos que trabalhar mais, elevar nosso endividamento, expandir

o uso de recursos naturais, elevar a geração de resíduos. Este fluxo, incapaz de ser suportado pela biosfera, exige uma revisão de crenças, comportamentos e ações tanto por parte de governos, quanto por parte do setor empresarial e da sociedade civil. Refletir sobre o estilo de vida que temos é imprescindível se pretendemos perpetuar nossa espécie.

Mesmo reconhecendo que isoladamente não conseguiremos estruturar uma nova sociedade, é importante ressaltar que o indivíduo tem sim sua responsabilidade pessoal perante

Para discutir os desafios da sustentabilidade, o Brasil sediará em junho, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento

o desequilíbrio socioambiental. Não é possível conceber que novas posturas sejam desencadeadas somente pelo Estado ou pela iniciativa empresarial.

Quanto ao progresso tecnológico, comumente se admite que este relativiza os limites ambientais, mas não os elimina. Diante da extinção de uma espécie ou material, percebe-se por um período a falta deste elemento em um processo produtivo, por exemplo. Entretanto, espera-se que o aparato tecnológico desenvolva um substituto para aquilo que deixou de existir.

A substituição por vezes ocorre, porém a tecnologia não substitui uma série de serviços ecossistêmicos fornecidos pela Natureza. Na prática, pode-se até fazer bancos de praça de material reciclado, rotulando-os de “madeira ecológica”, porém não há substitutos para o conforto térmico fornecido pelas árvores da praça quando sentamos neste mesmo banco. Também não há substitutos para os serviços de regulação climática, formação de solo, etc.

Além disso, observar a capacidade de absorção do ecossistema em relação aos resíduos que recebe, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, é tão importante quanto considerar o esgotamento de um bem ambiental – minério, por exemplo, visto que o desequilíbrio ecológico poderá resultar do desres-

peito ao limite que um ecossistema tem de absorver rejeitos.

Para discutir os desafios da sustentabilidade, o Brasil sediará em junho, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (DS). A Rio+20, como o evento vem sendo chamado, recebeu este nome em função dos 20 anos que se passaram desde a Rio 92.

A conferência terá como temas centrais a economia verde no contexto do DS e da erradicação da pobreza e estrutura institucional para o DS. A proposta de DS apresenta contradições, não representa um consenso e muitos estudiosos o consideram um modelo utópico ou reforçador da lógica capitalista.

Controvérsias à parte, a Rio + 20 poderá viabilizar um diálogo amplo, com diversos atores sociais. Representantes do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial, juntos, poderão promover acordos que viabilizarão, gradativamente, um mundo diferente. Na visão de Capra, “a parte mais importante da Rio+20 será o encontro das ONGs e dos movimentos de ocupação”, pois para ele as novas ideias vêm das ONGs.

A economia verde, um dos temas centrais da conferência, deve ser encarada como um meio e não um fim, ou seja, representa um instrumento para o DS. “Esverdear” a economia poderá implicar somente numa “nova roupagem” para antigos problemas. Sem romper com mecanismos perversos que geram desigualdade social, fome, violência e degradação ecológica, uma economia verde poderá servir apenas de “slogan” para novas campanhas publicitárias das grandes corporações mundiais. Se for pra ser economia verde de fato, se é que esta cor seja a mais adequada, precisaremos, por exemplo, encurtar circuitos: a produção precisa ficar mais perto de quem consome. Grandes distâncias implicam em elevado consumo energético usado no armazenamento e no transporte.

Aliás, numa economia que privilegia a vida, faz mais sentido enfatizar o compartilhamento que a posse: ao invés de “ter” um imóvel para o lazer que será ocupado somente algumas semanas do ano, ficando ocioso no período restante, a ênfase deverá ser “compartilhar” o uso com outras pessoas ou grupos. De modo similar com o carro que fica estacionado boa parte do tempo: serviços de compartilhamento de automóvel estão sendo adotados em várias cidades do mundo. A lógica é: enquanto eu não uso, outro poderá usar. Não precisamos “ter” tanto, mas milhões de pobres ao redor do mundo precisam superar a miséria.

A frota de veículos hoje em Blumenau supera 214 mil e se configura como um dos grandes desafios para promover a sustentabilidade
(Foto: Magali Moser)



Blumenau: líder na geração de empregos (de baixos salários)

Na passagem do Dia do Trabalhador, neste 1º de maio, entenda o que há por trás dos números que colocam o município como o que mais gera empregos formais do Estado

POR MAGALI MOSER, jornalista do SINSEPE

<magali.moser@gmail.com>

Conhecida como polo de desenvolvimento regional, Blumenau ostenta o título de cidade líder na geração de empregos em Santa Catarina. Ocupa a 13ª posição no ranking nacional. Os números propagados com ênfase pela prefeitura colocam o município como recorde na criação de vagas de emprego formal do Estado, com base nos dados do primeiro trimestre do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Mas as estatísticas oficiais escondem uma realidade que pede reflexão: a média do salário do trabalhador hoje em Blumenau é pouco mais que dois salários mínimos (R\$ 1.429,02). Dos 128 mil trabalhadores formais do município, 92.691 (71,92%) deles recebiam até 3 salários mínimos em 2010. A grande massa dos trabalhadores ainda é mal remunerada: a maior concentração de trabalhadores está na faixa de 1,51 a 2 salários mínimos (25,90%).

A geração de empregos na cidade está distribuída por diferentes setores da economia, da indústria de transformação (têxtil, vestuário, metalmeccânico, etc), a administração pública e serviços (educação, transporte, alimentação). Mas a constata-

De janeiro a março deste ano, o cargo que registrou a maior quantidade de vagas abertas no SINE de Blumenau foi o de auxiliar de produção, com um salário médio de R\$ 800,00

ção dos baixos salários ganha peso quando pende para a avaliação das vagas geradas.

De janeiro a março deste ano, o cargo que registrou a maior quantidade de vagas abertas no SINE de Blumenau foi o de auxiliar de produção, com um salário médio de R\$ 800. Em abril, a maior parte das vagas foi para a construção civil, incluindo cargos como carpinteiro, pedreiro e servente, com salário médio de R\$ 1200. A remuneração passa longe dos R\$ 2,3 mil considerados como salário mínimo necessário pelo Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

- Isso é uma dinâmica do próprio capitalismo. Infelizmente, no Brasil, ainda como país terceiro mundista,

a massa salarial da população ainda é baixa. Blumenau não foge à regra. A melhoria da qualidade das condições de trabalho e de salário é resultado de uma luta social e cotidiana - analisa o professor e chefe do Departamento de Economia da Furb, Sidney Silva.

Para o professor, o quadro segue a chamada lógica de mercado dentro da sociedade capitalista: as negociações salariais são feitas diretamente entre trabalhadores das classes trabalhadora e patronal. O Estado se omite, sua única função é regular o salário mínimo. No geral, os salários são definidos a partir da oferta e da procura. O diretor de Desenvolvimento Econômico da prefeitura, Sylvio Zimmermann, atribui a alta geração de empregos na cidade à crença do trabalho estar no "DNA de Blumenau", fortalecendo a ideia de que o crescimento econômico está ligado a fatores culturais quase intrínsecos ao povo daqui:

- Temos um pano de fundo sócio cultural que ajuda a fomentar o índice de geração de empregos assim como os elevados índices de empregos formais - analisa.

A responsável pelo SINE em Blumenau, Sandra Regina Alves da Silva Schatz, lembra que a maioria das vagas geradas são de reposição e apenas 30% de ampliação do quadro. Em média, o SINE tem 130 vagas ativas disponíveis por dia, principalmente na área do comércio e auxiliar de produção.

- A maior parte das vagas não exige tanta qualificação. É a chamada "vontade de trabalhar" o que conta. Mas no processo final, os empregadores buscam os mais qualificados - lembra Sandra.

Mas o aspecto mais triste deste "boom" de empregabilidade são as condições de trabalho. Boa parte dos trabalhadores é obrigada a trabalhar em horários de escala, com isto não se respeitam mais finais de semana, feriados, horários de trabalho, etc. Conseguem passar apenas um final de semana por mês com a família.

Os desajustes familiares e sociais são evidentes. O crescimento dos empregos por aumento da jornada de trabalho (finais de semana, feriados) é pago com a perda de afeto e convívio no ambiente familiar (muitos acham que não precisam mais amigos e familiares "presenciais", porque tem muito mais amigos virtuais nas redes sociais).

As estatísticas referentes à geração de empregos atraem e explicam facilmente o visível fluxo migratório para a cidade. O crescimento nos empregos também está relacionado



com a catástrofe de 2008, porque foram liberados milhões do FGTS e foram feitos vários investimentos públicos e privados em obras de recuperação. Tudo isto causou um efeito multiplicador na renda expandindo as atividades econômicas na região.

Os números de geração de empregos na cidade escondem ainda facetas pouco discutidas: as condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores. Pesquisa coordenada pela professora Elsa Bevia a fim de criar um banco de dados em saúde do trabalhador em Blumenau aponta que entre 2005 e 2010 foram registrados pelo CEREST 31.682

atendimentos cadastrados como acidentes de trabalho. Do total, 54% dos acidentes registrados acontecem nos dois primeiros anos de contrato de trabalho e 16% nos três primeiros meses de contrato. Dados recolhidos no INSS no mesmo período revelam que, em média, 10% dos trabalhadores com emprego formal, são afastados todos os anos devido aos acidentes de trabalho.

A constatação pede uma reflexão sobre os empregos gerados e a mudança de postura para a cidade ser referência na qualidade de vida, como diz a propaganda da prefeitura que divulga a cidade como a melhor para se viver em Santa Catarina.

Uma das áreas mais precárias em infraestrutura de Blumenau é a Vila Jensen, na Itoupava Central (foto: Magali Moser)

Sou professora

O sonho e a teimosia de quem resiste ao descaso com os profissionais da Educação e ainda acredita na Educação e na força do pensamento crítico nas escolas de Santa Catarina

POR SANDRA TOLFO, professora e Cientista Social

<sandra_tolfo@hotmail.com>

Quando criança eu acompanhava com muita atenção as questões ligadas à educação no país e queria ser professora, para ajudar a construir o país dos meus sonhos. Um país com justa e igual distribuição de renda, sem corrupção, onde educação, saúde e segurança pública de qualidade não seriam apenas projetos, mas sim realidade.

Era com tristeza que eu acompanhava cada luta dos meus professores para conseguirem um salário melhor, para conseguirem manter o mínimo de dignidade na sua profissão, tão necessária para a construção do país do futuro.

Como estudante de escola pública sentia na pele o descaso governamental com a Educação. Era a merenda que não tinha qualidade (isso quando não faltava), era a falta de material didático para as aulas, a falta de bibliotecários nas escolas, a falta de laboratórios, falta de espaço adequado para realização das aulas de Educação Física e Artes, os problemas sérios de infraestrutura, isso sem contar que a cada início de ano faltavam professores e nós ficávamos com aulas livres, e quando professores eram contratados, muitas vezes não tinham formação específica, o que prejudicava muito a qualidade do ensino.

Sonhadora que sou, e não me envergonho de tal coisa, esperava que um dia a educação fosse prioridade para algum governo, e a cada eleição eu assistia atentamente o que os candidatos estavam propondo, e era sempre a mesma história, “a educação estará em primeiro lugar em meu governo”, mas quando assumia o mandato, que nada, os problemas permaneciam como antes, ou ainda pioravam. Mas eu queria acreditar que um dia poderia ser diferente, e continuava sonhando.

Eu vi diversos programas de governo serem criados, diversas leis serem aprovadas, mas nunca vi um governo que tenha colocado de fato a educação como prioridade.

Cresci, e mesmo sabendo que enfrentaria diversos problemas, tornei-me professora. Estou em meu terceiro ano de magistério, e na minha segunda greve. Continuo acompanhando atentamente as questões ligadas a educação pública brasileira, agora do outro lado, e vejo os mesmos problemas repetirem-se ano após ano e o povo calar-se, e os professores e estudantes aceitarem calados e amedrontados uma educação de faz de conta.

Faz-se necessário mais uma vez discutirmos o papel da educação, das escolas e dos professores. Precisamos discutir os motivos dessa nova

greve do magistério catarinense, que é sim a luta pelo cumprimento integral da Lei 11.738/2008, conhecida como Lei do Piso, que estabelece em

Sempre acreditei que um povo só é livre quando tem conhecimento. Pois um pouco com conhecimento não se permite enganar facilmente, não aceita calado os malefícios que lhe são impostos

seu artigo 2º, parágrafo 1º que o piso é vencimento inicial das carreiras do magistério, também pelo cumprimento do acordo firmado pelo governo com a categoria durante a greve de 2011, mas é antes de tudo a luta por uma escola pública, gratuita e de qualidade para todos. Essa greve é a demonstração da indignação dos profissionais da educação com o descaso enfrentado diariamente dentro das unidades educacionais no estado de Santa Catarina, não é apenas uma questão salarial, pois a atual situação da educação em Santa Catarina pode ser descrita em apenas uma frase: Ano novo, problemas velhos!

Essa greve é mais uma vez, a luta dos professores comprometidos com a qualidade da educação pública, que buscam valorização profissional e respeito, não apenas para consigo, mas também para com seus alunos, que continuam enfrentando os mesmos problemas que eu vivenciava quando estudante.

Eu continuo me perguntando, como fazia quando criança. Até quando?

Continuo ouvindo promessas. Promessas de investimentos para o próximo ano, de melhorar o salário no ano que vem, de resolver o problema da falta de professores – que continua se repetindo no início de cada ano letivo –, de melhorar as condi-

ções de trabalho nas escolas, etc, etc, etc. Mas estou farta de promessas. Aprendi desde cedo que aqueles que não se levantam e lutam por seus direitos nunca os alcançarão. Por isto estou em greve.

Continuo sonhando com um país melhor para todos, e sei que isto passa, invariavelmente pela educação. Sei que pela educação passa a solução dos problemas sociais mais sérios enfrentados no país, especialmente o de segurança pública, pois já dizia o filósofo grego, Pitágoras: “Eduquem os meninos que não será preciso punir os homens.”

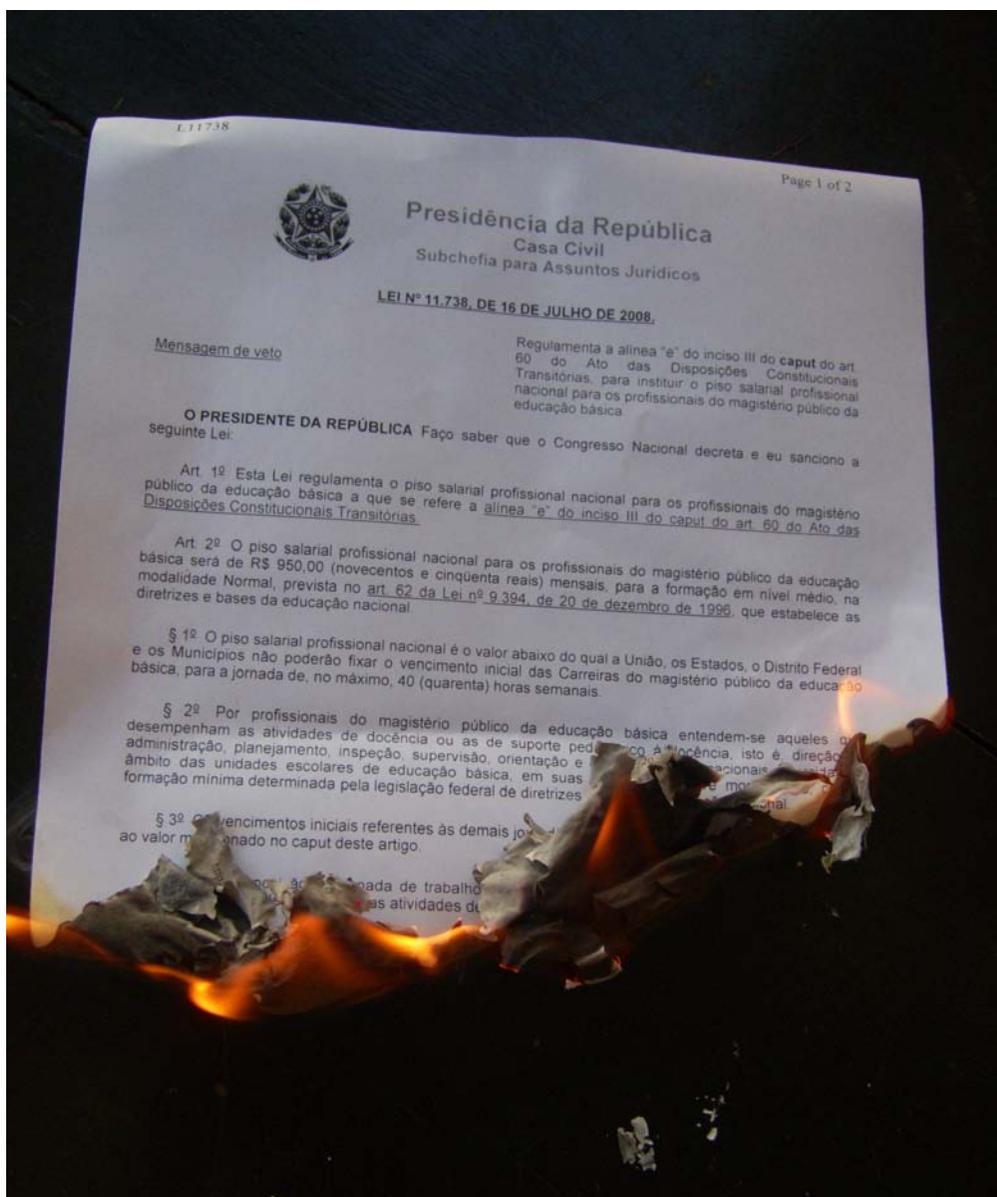
Eu sempre acreditei que um povo só é livre quando tem conhecimento. Pois um povo com conhecimento não se permite enganar facilmente, não aceita calado os malefícios que lhe são impostos e busca seus direitos. Mas isso não é interessante a alguns que querem manter-se no poder a todo custo, que querem continuar dominando o povo com facilidade. A estes, interessa manter a situação da educação do jeito que está, pois não é conveniente que o povo saia de sua ignorância e inércia intelectual e política. A estes interessa que os professores continuem calados, e que o povo continue acreditando que está tudo bem,

pelo simples fato de não haver greve, pois pouco importa se a educação é de qualidade, o que interessa mesmo é que os alunos estejam dentro das escolas, ocupados com qualquer coisa, que de preferência não os ensine a ter um pensamento crítico. A estes, que ano após ano se perpetuam no poder, interessa jogar a opinião pública contra os professores, transformando-os em irresponsáveis baderneiros, que querem prejudicar os alunos, desvirtuando assim o foco do debate que deveria ser sobre a educação.

Estou em greve e não sou baderneira! Sou ao contrário, integrante da profissão que pode levar o país do futuro a um futuro de prosperidade e igualdade para todos, não apenas para um pequeno grupo.

Sou professora por vontade e continuarei sendo por sonho e teimosia.

A medida tomada pelo governo do Estado na avaliação dos professores representa o fim da lei que instiu o piso salarial para professores (Foto: Martin Kreuz)



Piso não é teto!

Com a aplicação do novo piso, o governo catarinense dificulta ainda mais as condições de grande parte do professorado do Estado

POR **MARTIN KREUZ**, historiador formado pela FURB e professor da rede estadual de educação em Blumenau

< meu_nomemk@yahoo.com.br >

A sociedade civil acompanha novamente o embate que nós, educadores, estamos a travar em todo o Brasil com os governos estaduais e municipais em virtude da aplicação do Piso Nacional do Magistério, criado pela lei nº 11.738/2008.

Em Santa Catarina, no ano passado, os trabalhadores da educação paralisaram suas atividades durante 62 dias, medida encontrada para pressionar o governo estadual a pagar à categoria o Piso Nacional, fixado à época no valor de R\$ 1187,00. Exatamente: necessitamos deflagrar uma greve para que nosso Executivo se dignasse a cumprir uma lei federal que já vigorava há 3 anos! Por meio da greve, os trabalhadores conseguiram que a administração estadual reconhecesse o não cumprimento da lei e que garantisse a implantação do Piso em nosso estado. Todavia esta importante conquista do professorado catarinense, não conseguiu-se evitar a compressão da tabela salarial. As diferenças percentuais entre os vários níveis da carreira foram diminuídas drasticamente, com o argumento, por parte do Executivo, de ser um mal necessário naquele momento, única possibilidade para realizar o pagamento do valor fixado pelo Piso Nacional. Um mal “necessário”, porém temporário: para o ano de 2012, o governo prometia que essa situação seria solucionada.

Neste ano de 2012 o Ministério da Educação elevou o Piso Nacional em 22,22%, levando em conta a variação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Ignorava assim o protesto de governadores e prefeitos de todo o Brasil – Raimundo Colombo inclusive. Os mandatários estaduais e municipais pressionam Brasília para que o reajuste anual concedido ao professorado seja calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o que significa somente repor as perdas causadas pela inflação. Contam inclusive com o apoio de integrantes do Legislativo federal, que se movimentam para apresentar projeto de lei neste sentido. Os chefes dos Executivos afirmam não possuir recursos suficientes para arcar com as despesas criadas pelo valor do reajuste. Poderiam se aliar a trabalhadores, estudantes e organizações que movem campanha pela aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na área da educação, mas preferem choramingar a velha ladainha do “Não há verba”.

CUMPRE-SE A LEI (?)

Diante do reajuste outorgado pelo MEC, o governo de Santa Catarina resolveu cumprir a lei nº 11.738/08, contudo, cumpriu-a de forma torta, cínica e mesquinha: o Executivo catarinense sentiu-se à vontade para reajustar os menores vencimentos em 22,22%, que passaram para R\$ 1451,00, e parcelar até 2014 o aumento daqueles vencimentos que ultrapassam o valor do Piso Nacional. Juristas e estudiosos do Direito me corrijam, mas aos meus olhos essa medida fere um dos princípios basilares da Administração Pública: a isonomia. Todos somos professores, entretanto nem todos recebemos o reajuste de 22,22% – cerca de 50% dos trabalhadores foram contemplados com esse aumento, o que também significa dizer

que a outra metade da categoria não o recebeu.

Através deste movimento, o governo estadual colocou o professorado em xeque: de um lado, esvaziou o argumento central da greve de 2011, quando o Executivo não cumpria a lei nº 11.738/08. Vale lembrar que o grande apoio conferido por pais, alunos e sociedade em geral aos trabalhadores da educação durante a greve devia-se justamente a esse argumento legalista. De outro lado, o governo procurou dividir a categoria e alimentar ressentimentos entre os não contemplados pelo reajuste e aqueles contemplados, com o objetivo de arrefecer uma nova paralisação.

O que parecia impossível foi realizado com a aplicação do novo Piso: conseguiu-se achatar ainda mais a tabela salarial do magistério catarinense. Neste momento, recebem o valor de R\$ 1451,00 os professores de nível médio (magistério), nível superior incompleto e superior completo! Absurdo do absurdo, a diferença entre um professor que possua somente

O que parecia impossível foi realizado com a aplicação do novo Piso: conseguiu-se achatar ainda mais a tabela salarial do magistério catarinense

o ensino médio e aquele que possui o doutorado é de cerca de R\$ 1.000,00! Evidentemente, essa aberração promovida pelo governo Colombo, que cruelmente torna o Piso Nacional um castigo para grande parte do professorado catarinense, está sendo enfrentada pelos trabalhadores. Em Assembleia estadual realizada no dia 15 de março, os professores reunidos em Florianópolis deixaram muito clara a sua revolta pela forma como o Executivo vem lidando com a lei nº 11.738/08: uma das frases de ordem entoadas era um sonoro “O Piso não é teto!”. O Piso não é teto, Sr. Governador. O Piso não é teto do reajuste que nos é devido, Sr. Secretário de Educação. O Piso não é teto, sociedade catarinense.

NÃO QUEREMOS O PISO!

Esse embate que está a se desenhar entre o professorado catarinense e o governo é um embate também de palavras, de sentidos. Jacques Rancière argumenta que a política é atravessada pelo desentendimento, e o define da seguinte forma: “Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra. Os interlocutores então entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras.”. O governo Colombo compreende que o reajuste do Piso lhe obriga pagar o valor mínimo de R\$ 1451,00; nós educadores afirmamos que é dever do Executivo reajustar os salários em 22,22%.

Quando reitor da Universidade Regional de Blumenau, o atual Secretário de Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, buscou desqualificar um argumento afirmando tratar-se de uma “questão semântica” – em seu

compreender, o argumento apresentado por um servidor da instituição afirmava a mesma coisa utilizando palavras diferentes. À semelhança deste episódio, aqui a discussão não é uma questão semântica, mas sim uma questão de sutileza semântica. E como as sutilezas muitas vezes passam despercebidas a muitos olhos e ouvidos, é preciso ser o mais claro possível: nós, trabalhadores da educação de Santa Catarina, NÃO queremos o Piso Nacional de R\$ 1451,00; queremos, isto sim, o reajuste de 22,22% sobre os salários de TODOS nós.

O pensamento estruturalista, no século passado, chamou a atenção para um fato importantíssimo, que permeia também essa discussão: a linguagem, a estrutura linguística, forma a visão de mundo dos indivíduos que usam aquele sistema de linguagem. Como um sistema de linguagem é exterior ao ser humano individual, pois já existe quando nós, indivíduos, nascemos, essa estrutura linguística e gramatical influencia a forma como nós, indivíduos, apreendemos e entendemos o mundo. De certa forma, não seria o indivíduo que falaria a linguagem, mas a linguagem que falaria os indivíduos. Dito de outra forma, enquanto nós professores utilizarmos a linguagem do Piso Nacional, estaremos respaldando a forma como Raimundo Colombo e seus asseclas vêm interpretando e aplicando a lei nº 11.738/08 – ou seja, nivelando os salários no valor mais baixo permitido pela lei.

Precisamos, ao contrário, nos apropriar da linguagem do reajuste. É construindo esse entendimento junto à sociedade que poderemos avançar em nossa luta com o governo estadual. Como lembra Antonio Gramsci, os embates como o travado entre educadores e governo, são lutas que se dão em diversos âmbitos: econômico, político, educacional, cultural, mas também linguístico. Uma luta de guerrilha, que precisa avançar e conquistar posições nesses espaços distintos. A linguagem do reajuste escapa à limitação enfrentada por aquela do Piso: não se trata de um valor mínimo, mas um valor que atinge a todos os trabalhadores da educação.

É preciso enfatizar: o Piso é fundamental no sentido da (re)valorização da carreira docente no Brasil. A sexta economia do mundo enfrenta um problema extremamente sério de falta de profissionais na área da educação. Já é de conhecimento comum a dificuldade que as escolas enfrentam para encontrar professores de Química ou Física habilitados – quadro que não se resume às Ciências Naturais. Alunos talentosos não se sentem atraídos à carreira docente em função dos salários, ainda baixos – mas também das precárias condições de trabalho: vide o adoecimento frequente dos profissionais da Educação. O Piso é uma tentativa, ainda tímida, de enfrentar essa crise que assombra o sistema de educação no Brasil.

É diante deste quadro que o governo Colombo, assim como os outros Executivos municipais e estaduais, precisa se posicionar claramente: há realmente sinceridade por trás dos belos discursos sobre a educação dirigidos à sociedade ao longo do período eleitoral? O modo como a gestão Colombo lida e lidará com a questão do Piso pode sinalizar uma resposta a essa pergunta.

A divisão de

Mudanças são necessárias para garantir o desenvolvimento que mantém um modelo de poder

POR CLÁUDIO LAURENTINO GUIMARÃES, Professor do Departamento de Ciências Farmacêuticas, Diretor do Centro de Ciências da Saúde e acadêmicas



Segundo Buarque (Buarque, C. Pequeno Dicionário da Crise Universitária, UFSC, 1992) “a Universidade tem um papel permanente: gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade”. “Esse papel se manifesta de forma diferente, conforme o tipo de sociedade que se deseja”. Dessa forma, veremos objetivos sociais distintos em diferentes universidades. Na época do Apartheid, a Universidade na África do Sul teve por finalidade viabilizar a elevação do nível de vida dos brancos e manter o sistema do apartheid. Na Europa, as universidades são instrumento de dinâmica da economia. Recentemente, países europeus assinaram o tratado de Bolonha (junho de 1999), reestruturando as universidades européias, tornando o ensino mais competitivo ao mercado e garantindo a possibilidade de validação dos diplomados nos diferentes países da União Européia. Dessa maneira, através do mercado, elas conseguem oferecer mão-de-obra às empresas; a visão eurocêntrica de ensino superior e, as americanas não são diferentes. Em Cuba, solu-

cionar os problemas de educação, saúde das massas, produção de conhecimento a uma nação cercada e, definida pelo Estado. E no Brasil, qual é o objetivo? Há prioridades? Há planejamento estatal?

O golpe militar de 1964 ainda deixa cicatrizes profundas em nossa sociedade. Nas Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente as federais, vê-se que os objetivos “militares” da reforma universitária ainda estão presentes. O “Estado Militar procurou atender aos interesses dos capitalistas atuando concomitantemente no âmbito da escolarização direcionada para a tentativa de desenvolver uma mão-de-obra qualificada necessária à indústria nascente. Dessa maneira, ocorreram as reformas, dentre elas a Reforma do Ensino Superior” (in: Paulino, A. F. B. & Pereira, W. A. Educação no Estado Militar (1964-1985). Disponível na internet). Em 1966, o Governo Militar, através do MEC celebra acordo com a USAID e, técnicos da AID (Agency for International Development) foram convidados para colaborar no direcionamento da estrutura de ensino

no Brasil. O Plano Atcon, devido ao consultor americano Rudolph Atcon, preconizou a nova estrutura administrativa (in: Fávero, M.L.A. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. Educar, n. 28, p. 17-36, 2006). Resumidamente, o modelo administrativo das IES, por meio da reforma do

O golpe militar de 1964 ainda deixa cicatrizes profundas em nossa universidade. Nas instituições de Ensino Superior (IES), vê-se que os objetivos “militares” da reforma universitária ainda estão presentes

ensino superior, foi dotar o Reitor de poderes máximos, aliados à sua presidência junto aos Conselhos Superiores e configurar a estrutura administrativa universitária. Vale lembrar, que no início da reforma, os reitores foram indicados pelo Regime Mili-

tar, exemplificando-se, cita-se a retirada de Anísio Teixeira da UnB.

Passado o período militar, as IES ficaram com a herança da estrutura administrativa funcional oriunda da reforma universitária, modelo estruturado pelo MEC-USAID, com raras exceções. As IES são administradas pelo reitor, apoiado pelos Conselhos Universitários e, ainda, há os Centros, Departamentos e Coordenações de Curso, isto é, o modelo administrativo funcional imperativo, presente nas Universidades Federais. Atualmente, os Reitores nas IES federais são eleitos pela comunidade acadêmica, cada instituição possui suas prerrogativas eleitorais, conforme a LDB e, legitimados pelo MEC.

A estrutura administrativa funcional da FURB, muitíssimo de perto se assemelha às das IES federais. A Lei Complementar No 743, de 31/03/2010, dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da FURB. No Art. 9º lê-se – “O Conselho Universitário – CONSUNI é órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política acadêmica, administrativa e financeira da

poder na FURB

vimento político-administrativo institucional da Universidade,
r adotado desde o Regime Militar Brasileiro

mico do Curso de Direito da FURB <clg@furb.br>



(Foto: Evandro Teixeira/IB)

FURB". Enquanto que no Art. 11 – “A Reitoria é órgão executivo máximo de direção da FURB, aos quais se subordinam todos os demais órgãos executivos na forma desta Lei e do organograma da Instituição”. No Art. 19, demonstra-se a semelhança administrativa com as IES federais, caracterizando as Unidades Universitárias como órgãos que reúnem os cursos de nível superior e dos departamentos, conforme as diferentes áreas de conhecimento, constituindo-se e organizando-se nos termos previstos nos dispositivos estatutários e regimentais. Ao Reitor, lhe cabe, ainda, positivado na norma, a presidência do CEPE e CONSUNI.

O CONSUNI em conjunto com o CEPE, conforme a Lei Complementar No 743, estão acima do poder do Reitor, são estes conselhos, os norteadores das ações políticas e de desenvolvimento da Instituição. Porém, falta-lhes o norte, qual seja um Projeto Político de Desenvolvimento Institucional – PPDI.

Os objetivos da FURB, enquanto Instituição de Ensino é claro, expresso no Art. 6º da Lei Complementar 743: “A FURB tem por objetivos

ministrar ensino superior, médio e educação profissionalizante, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento, promover a extensão universitária, tendo como missão básica a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural e a realização de ações sociais, esportivas, ambientais e de saúde, bem como a prestação de outros serviços pertinentes a sua área de atuação e ao seu objeto”. Sendo assim, além disso, é querer descobrir a pólvora. Para colocar em prática o que se objetiva na norma legislativa, falta o PPDI, para além dos quatro anos de uma gestão de reitoria. Neste sentido, cabe ao CONSUNI prover mecanismos institucionais que possam produzir o PPDI e, que dê suporte às ações de sucessivas gestões administrativas, conduzidas pela função do reitor, por meio de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PPDI não é um projeto político de uma única gestão superior (entenda-se, reitoria), mas um projeto de médio e longo prazo à Instituição. Neste sentido, a concentração de poder pode causar viés político-administrativo.

O papel do Reitor vê-se que aglutina funções diversas e possui poder político na estrutura administrativa e funcional das Universidades, mes-

É função do CONSUNI traçar as políticas futuras da Universidade. Necessitamos rever os “poderes” em nossa Instituição, ou mantemos concentrado na figura político-administrativa do Reitor, ou poderemos equilibrá-lo, dando independência ao CONSUNI

mo havendo o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Universitário. Nos Estados modernos, o poder é subdividido entre o executivo, o legislativo e o judiciário. Comparado, aos Estados, com o de-

vido equilíbrio de dimensões é claro, as IES concentram, em boa parte, o poder na figura do Reitor.

Atualmente, a FURB está em momento crítico de planejamento do seu futuro. Seremos FURB ou seremos uma futura Universidade Federal? Ou teremos as duas em uma mesma região? Independente, teremos “nova face”, o planejamento é fundamental para colocar em prática os desejos sociais vislumbrados pela sociedade, frente à nossa Universidade. Não poderemos, no entanto, ficar sempre na expectativa de um milagre de planejamento, oriundo de uma única gestão de reitoria. A execução administrativa do planejamento universitário cabe à reitoria, no entanto, cabe ao CONSUNI, o planejamento dos pilares estratégicos para o desenvolvimento da Universidade.

É função do CONSUNI traçar as políticas futuras da Universidade. Para tanto, necessitamos rever os “poderes” em nossa Instituição, ou mantemos concentrado na figura político-administrativa do Reitor, ou poderemos equilibrá-lo, dando independência ao CONSUNI.

A força da leitura na cultura dos trabalhadores urbanos de Blumenau

Reuniões de cunho social, cultural e cívico incrementam atividades de sociabilidade dos blumenauenses no período da Ditadura Militar Brasileira

POR **CRISTINA FERREIRA**, doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e
E **ANDRÉ CARLOS FURTADO**, mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), licenciado e bacharel em História (FURB) e

A recorrência aos arquivos e o aspecto analítico intensivo das fontes históricas são itens fundamentais à pesquisa em História. O historiador Robert Darnton insiste na valorização do chamado “lado artesanal da pesquisa histórica” (2000, p. 238), em oposição às análises tendentes a só enxergar tentativas de manipulação, disciplinamento e controle nas sociedades – e para as quais os documentos preservados em arquivos muitas vezes não passam de “discursos” e construções pós-modernas do “outro”. Pesquisadores que apreciam dedicar-se às fontes documentais, com especial interesse nos sujeitos históricos “comuns”, lidam com uma ampla busca documental, na tentativa de reconstituir minimamente suas possibilidades e disposições à ação na esfera social.

Estes desafios teórico-metodológicos orientam, desde 2004, as pesquisas da autora sobre a Sociabilidade dos Trabalhadores Urbanos de Blumenau (1950-1974), vinculadas ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Movimentos Sociais da Universidade Regional de Blumenau – Nepemos-Furb e, neste caso específico, com foco analítico na Cultura associativa durante a Ditadura Militar brasileira entre 1964 e 1974.

O conceito de Cultura associativa, elaborado pelo historiador Claudio Batalha, remete ao hábito amplamente disseminado entre os trabalhadores para associar-se e possibilita que representem sua percepção de mundo e de si nas mais diversas formas de sociabilidade. A proposta não reforça a luta de classes exclusivamente, mas dedica especial interesse à ritualística das celebrações da vida associativa, cuja riqueza pode ser um elemento interpretativo que corresponde proporcionalmente à solidez da organização em questão. Os contornos de origem militante são transcendidos e a Cultura não se restringe apenas ao teatro, concertos musicais e artes plásticas, mas converge para “as celebrações, os costumes, as normas que regiam as associações operárias” (2004, p. 96-7).

Tal entendimento torna-se primordial para o uso de conjuntos documentais caros à pesquisa: o banco de dados do Nepemos-Furb, que contém estatutos de associações, e os jornais de fábrica e/ou associativos, preservados no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

O levantamento estatutário indica

o registro de 31 agremiações de caráter Desportivo e Recreativo em Blumenau, no período de 1964 a 1974. Sem abolir suas particularidades, em síntese pode-se dizer que visam congregar seus sócios com reuniões de cunho social, cultural e cívico, incremento de práticas desportivas de caráter amador, estímulo à leitura via criação de bibliotecas e proposta para edição de um periódico de circulação interna e distribuição gratuita entre os sócios.

Entre elas, encontra-se a Associação Atlética e Cultural Têxtil Hering (AACTH), fundada em fevereiro e registrada em julho de 1964. Ao longo de sua existência, exerceu várias funções em torno da sociabilidade dos trabalhadores, com destaque para sua proposta de “editar um jornal de circulação interna” (Nepemos-Furb), materializada com seu periódico Informativo Hering.

No entremeio de sua fundação e registro, a sociedade brasileira, imersa desde o início de 1960 numa conturbada agitação político-social, marcada por ideias de Reformas (agrária, educacional, urbana, fiscal-tributária), vivenciou um golpe civil-militar que depôs o governo do

então presidente João Goulart, em 31 de março de 1964. Desde então se produziu uma série de pesquisas para compreender o fenômeno do autoritarismo no Brasil (GOMES, 1996), cujas temáticas eram “teorizadas quase exclusivamente por cientistas políticos e sociólogos e narradas pelos próprios partícipes”

nina e “rabanadas dos peixinhos”, com piadas que referenciam dois “peixes” – símbolo da fábrica – responsáveis pela observação de situações cômicas ocorridas entre os associados. Para além das piadas, sutilmente aparecem reivindicações, tais como: “O Irineu teve uma idéia brilhante estes dias, achou que o go-



Inauguração da sede social da Associação Atlética e Cultural Têxtil Hering (1967) (Foto: Informativo Hering - Ano III, n. 3. Blumenau, abril de 1967, p. 5)

(FICO, 2004, p. 31), o que potencializa análises históricas com foco em personagens “comuns” por parte de historiadores.

No Informativo Hering a linha editorial não direciona excessivamente às condições de trabalho, mas enfatiza os estatutos da AACTH e a divulgação de eventos sociais, aniversários, casamentos, página femi-

verno deveria decretar o SÁBADO INGLÊS. Nós sugerimos outra coisa que seria mais interessante: a semana inglesa, isto é, não trabalhar no sábado” (INFORMATIVO HERING, 1964, p. 6).

Estas falas tornam-se significativas e constituem-se enquanto condutas inseridas no quadro de possibilidades de um contexto com

a associativa dos Blumenau (1964 - 1974)

nto de História e Geografia da FURB

<cris@furb.br>

bolsista de iniciação científica do Prêmio Mérito Universitário (FAPESC/2009-10)

<a.c.furtado@hotmail.com>

profundas transformações, como a passagem da Democracia, ainda que de caráter instável, à Ditadura militar. Nos escritos dos jornais de fábrica pode-se vislumbrar expressões do modelo de sociedade e conduta do período, mas igualmente é possível encontrar a ativa participação dos trabalhadores no jogo das discre-

zembro de 1976 (144 edições) e ligava-se à fábrica de Artefatos Têxteis Artex S/A e seus funcionários. Dentre suas várias colunas constavam: "Página feminina", de autoria de Andréa (somente aparecia o primeiro nome da autora); "Sociais", por Miriam Kloch; "Página esportiva", de Vitor I. dos Santos; "Coquetel

Ao longo de suas edições há notícias sobre a existência de uma biblioteca na Artex para seus funcionários e, em julho de 1964, publica uma lista com os títulos que integram o acervo (total de 290 livros), dentre os quais clássicos como Dom Quixote de La Mancha, Por quem os sinos dobram e Fábulas de La Fontaine. No mesmo número lança uma

dos trabalhadores permite inferir sobre o modo como seus membros elaboram formas de sociabilidade mediante uma complexa teia de relações de poder para criar estratégias em favor de suas causas, tais como: conquista da sede própria, variação das práticas desportivas e constância das atividades de cunho social (bailes, gincanas e outras festas). Com piadas, colunas desportivas e de opinião e a força da leitura, os trabalhadores urbanos de Blumenau atribuíram novos significados à vida cotidiana e criaram um modo para registrar suas possibilidades de intervenção na sociedade. A representatividade de suas publicações indica a importância da circularidade cultural em sua visão de mundo, constituída por meio de uma ativa participação e intervenção no processo histórico.

A Cultura não se restringe apenas ao teatro, concertos musicais e artes plásticas, mas converge para as celebrações, os costumes, as normas que regiam as associações operárias

campanha para enriquecer a biblioteca, cujo saldo de 77 obras doadas seria anunciado no mês seguinte (MENSAGEIRO ARTEX, 1964).

Situação semelhante ocorre na Fábrica de Gases Medicinais Cremer S/A, cujo periódico, Noticiário Cremer, anuncia campanha de igual natureza para sua biblioteca, que já contava com 750 obras. Na primeira edição publicou um quadro da movimentação dos títulos de janeiro a junho/1966, em que se verifica maior empréstimo de Romances, Contos e aventuras, Infante-juvenil e Coleções. Segundo o jornal, no período mencionado foram retirados 1.059 livros (NOTICIÁRIO CREMER, 1966), número considerável para uma fábrica com aproximadamente 900 operários.

A recorrência aos livros e à leitura nos periódicos de fábrica remete à Circularidade cultural, conceito compreendido na acepção do historiador Carlo Ginzburg como "um relacionamento circular feito de influências recíprocas" (2006, p. 10). Esta reciprocidade entre a fábrica e os trabalhadores serve para analisar sua atuação em torno da cidadania, ameaçada dia-a-dia pelo regime antidemocrático e suas ações contra as liberdades civis. Nestes espaços de sociabilidade ocorre a difusão de símbolos e a circulação de ideias disseminadas nas associações e materializadas nos jornais ou, elaboradas a partir do relacionamento com os livros.

A análise da cultura associativa



pâncias sociais, para não se apresentarem como meros expectadores do estabelecimento de normas ou convenções.

Embora não vinculado diretamente à Associação Artex (fundada em 1971 e registrada em 1973) justamente por anteceder-lá, o Mensageiro Artex foi publicado mensalmente de janeiro de 1964 a de-

de fatos", "Página amena" e "Posto de Observação", respectivamente assinadas pelos pseudônimos "Misturador", "Kalifa" e "Kity". O uso constante de pseudônimos correspondia a uma característica peculiar do periódico pois, em geral, os jornais registravam o nome de seus colonistas, do contrário, não havia autoria declarada.

Referências

Banco de dados do Nepemos-Furb.

BATALHA, Claudio H. M. *Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: _____; SILVA; FORTES (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

DARNTON, Robert. *Entrevista*. In: PALLARES-BURKE, Maria L. G. *As muitas faces da história*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. *Revista Brasileira de História*, v. 24, São Paulo, 2004.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro. *Política: história, ciência, cultura etc. Estudos Históricos*, v. 17, Rio de Janeiro, 1996.

MENSAGEIRO ARTEX – Ano I, n. 7 e 8. *Blumenau, julho e agosto/1964 (AHJFS)*.

NOTICIÁRIO CREMER – Ano I, n. 1. *Blumenau, dezembro/1966 (AHJFS)*.

INFORMATIVO HERING – Ano I, n. 4. *Blumenau, novembro/1964 (AHJFS)*.

Na Dinamarca, a Esquerda coloca uma mulher no po

O país nórdico colocou uma mulher na liderança em setembro do ano passado e pôs fim a dez anos de política de direita

POR LARS BOHN, professor associado da Aalborg Universitet <lars@attac.dk>

Revisão técnica e gramatical: JORGE GUSTAVO BARBOSA DE LIVEIRA, professor da Furb <jorgegbo@furb.br>



Helle Thorning-Schmidt, de 44 anos, é a primeira mulher a assumir como primeira-ministra da Dinamarca

(foto: <http://windycitizensports.wordpress.com>)

Dez anos de governo neoliberal na Dinamarca acabaram! A 15 de setembro de 2011, a esquerda ganhou a eleição no pequeno país nórdico, colocou uma mulher na liderança e pôs fim a dez anos de política de direita.

Como os outros países nórdicos, a Dinamarca é conhecida por uma política relativamente progressista e por seu desenvolvido Estado de bem-estar social, o qual, a partir da década de cinquenta do século XX, assegurou altos índices de igualdade e coesão social (pouca pobreza). Isto é resultado de uma combinação de sindicatos fortes e longo exercício do governo. A maior parte do tempo, a partir de 1924, exercido pelo Socialdemokratiet (Partido Social-Democrata – com posições semelhantes, no Brasil, as do chamado Campo Majoritário, do Partido dos Trabalhadores), tipicamente em aliança com o pequeno partido de centro, Det Radikale Venstre (literalmente, O Radical de Esquerda).

A democracia dinamarquesa é um sistema monárquico-parlamentar. Isto significa que não há eleição para presidente, mas sim para o Folketing (Parlamento). O partido

majoritário, ou a coligação partidária que fizer a maioria parlamentar, exerce o governo. Muitas vezes, a Dinamarca teve governos minoritários, porém que obtinham maioria ao negociar com os outros partidos, cada vez que decisões relevantes precisavam ser tomadas.

A partir da década de sessenta, o Partido Social-Democrata passou a ter oposição também pelo lado esquerdo, na forma de um ou dois partidos menores. A esquerda teve seu

Na década de sessenta, e especialmente no período posterior, as mulheres fortaleceram sua posição no poder político. Nas décadas de sessenta e setenta, viveu-se a "rebelião/revolução dos jovens" da qual as mulheres participaram ativamente

período de primazia nas décadas de 60 e 70. Em 1966, pela primeira vez, formou-se uma maioria trabalhista – chamada “Det Røde Kabinet” (O Gabinete Vermelho) – que permitiu o Socialdemokratiet formar governo sem o apoio do Radikale Venstre. Mas, em geral, este foi capaz de decidir quem forma governo – à direita

ou à esquerda. Este Partido é de tendência social-liberal e normalmente compôs governo com os social-democratas. Porém, às vezes, integrou governos de direita.

AS MULHERES NA POLÍTICA

Naquela época, a década sessenta, e especialmente no período posterior, as mulheres fortaleceram sua posição no poder político. Nas décadas de sessenta e setenta, viveu-se a

mento já era formada por mulheres.

Dez anos depois, em 1988, Marianne Jelved tornou-se a primeira mulher a liderar um partido político na Dinamarca, quando foi eleita partileder do Radikale Venstre. Logo depois, chegaram mais duas: no mesmo ano, Pia Kjaersgaard rachou o Fremskridtspartiet (Partido Progressista, libertário populista), e formou o Dansk Folkeparti (Partido Popular Dinamarquês, nacionalista e populista), mantendo-se partileder desde então. Por sua vez, Mimi Jacobsen tomou o lugar do seu pai como líder de um partido que já não existe, o Centrum-demokraterne (Democratas do Centro).

Hoje, metade dos partidos com assento no Parlamento tem liderança feminina. Na direita, o Dansk Folkeparti, como mencionado, mantém Pia Kjaersgaard à frente. No centro, Det Radikale Venstre substituiu Marianne Jelved por Margrethe Vestager, atual ministra da Economia do novo governo. Na esquerda, Helle Thorning-Schmidt, agora primeira-ministra, fora eleita em 2005 partileder dos socialdemokraterne. Por fim, no Partido Enhedslisten (Lista Unitária), Johanne Schmidt-Nielsen integrou a direção coletiva como por-

a também der

ta-voz política.

Por outro lado, quatro partidos não têm mulheres na liderança. À direita do espectro político, o Venstre (literalmente Esquerda, que, porém, é um

Isto não significa que as mulheres dominem a política dinamarquesa. Ainda hoje elas são minoria no Parlamento, tendo 39,1 % dos assentos, e os homens continuam a ocupar cargos importantes fora das lideranças partidárias

partido de ideologia liberal); a Liberal Alliance (Aliança Liberal, um partido libertário não-populista); e Det Konservative Folkeparti (Conservador) – que recentemente trocou uma mulher por um homem na liderança. À esquerda, Villy Søvndal é partileder do Partido Popular Socialista, e atual ministro das Relações Exteriores da Dinamarca.

Isto não significa que as mulheres dominem a política dinamarquesa. Ainda hoje elas são minoria no Parlamento, tendo 39,1 % dos assentos, e os homens continuam a ocupar cargos importantes fora das lideranças partidárias. Mas significa que a agenda das mulheres lentamente se fortalece e torna-se mais importante do que antigamente.

Mulheres no poder, no entanto, não é coisa nova na Dinamarca. Elas conquistaram o direito de voto em

1915, e apenas dez anos depois, quando o Partido Social-Democrata chegou ao poder pela primeira vez, Nina Bang foi ministra de Educação. Desde 1972, a rainha Margrethe II é chefe de Estado, sem poder efetivo, pois o país é uma monarquia parlamentar, ou seja, o poder político emana do povo por meio de eleições parlamentares. Mas sua ancestral, Margrethe I, era uma rainha muito poderosa, que governou efetivamente de 1375 a 1412, embora, naquele tempo, não fosse usual mulheres ocuparem o trono. Ela uniu todos os países nórdicos e suas possessões sob a sua coroa através da União de Kalmar – Dinamarca, Noruega e Suécia (que então incluíam Islândia, Groenlândia e Finlândia).

A ESQUERDA FOI ENFRAQUECIDA, MAS CONQUISTOU O PODER

Embora o poder das mulheres, que sempre fora política da esquerda, tenha se fortalecido nas últimas décadas, no mesmo período, os partidos de esquerda se enfraqueceram. A razão disto é a globalização e o crescimento econômico. Criou-se uma classe de trabalhadores ricos que não sente a mesma necessidade de solidariedade, como antigamente. Outros grupos, por sua vez, sentem-se pressionados pela globalização e a decorrente imigração. Por isto, o Dansk Folkeparti, que quer limitar a imigração e os direitos dos imigrantes, cresceu bastante, explorando o medo provocado no povo pelos novos tempos. De 2001 a 2011, este partido formou aliança com os maiores partidos da direita: Det Konservative Folkeparti e o Venstre. Assim, por dez anos, eles governaram a Dinamarca amparados em uma

pequena maioria parlamentar, embora o Dansk Folkeparti não tenha tomado parte do governo e só tenha servido como partido de suporte.

O partido centrista, Radikale Venstre, que tem valores humanistas, não podia trabalhar com um governo em aliança com aquele partido nacionalista xenófobo. Assim, seus integrantes decidiram revitalizar a velha aliança com o Partido Social-Democrata para reeditar o seu velho papel de fiel da balança, formando governo.

A situação da esquerda, no entanto, mudou nestes últimos anos. Agora, os partidos mais à esquerda se fortaleceram, enfraquecendo o Partido Social-Democrata. O fenômeno foi ainda mais claro na eleição do ano passado. Os socialdemokraterne tiveram o pior desempenho eleitoral em 100 anos, e receberam somente 25% dos votos. Eles formaram coligação com um dos partidos mais à esquerda, o Socialistisk Folkeparti, que crescera bastante nos últimos anos.

Houve vários motivos para o resultado. Muitas pessoas, inclusive de direita, estavam incomodadas com a influência do Dansk Folkeparti no governo. Parte deles decidiu votar no centrista Radikale Venstre, fenômeno que o reforçou bastante. Ao mesmo tempo, a oposição pareceu mais credível em razão da forte colaboração entre o Partido Popular Socialista e o Partido Social-Democrata. No entanto, isto custou caro ao primeiro, que chegou a ter cerca de 9% do eleitorado, e perdeu 1/3 dos seus votos para a Enhedslisten (Lista Unitária), cujo posicionamento é mais à esquerda. No Brasil seria semelhante ao PSOL. Ela triplicou sua força, de 2% para 7% dos sufrágios. O centrista Radikale Venstre igualmente ganhou ao atingir

os 9% dos votos. Então, o equilíbrio de poder na coalizão de governo mudou, inclinando-se para a direita, ao Radikale Venstre; e à esquerda, à Enhedslisten.

Neste quadro, tornou-se difícil para a nova primeira-ministra – Helle Thorning-Schmidt, primeira mulher a ocupar o cargo na História do País –, unir os componentes da coalizão governamental. Já no dia seguinte à eleição isto ficou claro. Mesmo antes dela, o Radikale Venstre tinha assinado um acordo com a direita que piorara o sistema de bem-estar para os idosos, embora todos os outros partidos componentes da coalizão fossem contra.

DINAMARCA NA ENCRUZILHADA

Não obstante, trata-se de uma oportunidade para a esquerda mudar o rumo do País. Se o novo governo provar que é capaz de implantar uma política socialmente equilibrada, se mostrar habilidade para evitar os duros impactos da crise financeira e socioeconômica mundial, poderá restabelecer a credibilidade da Dinamarca como modelo alternativo à ordem neoliberal dominante no planeta, como proponente de uma política inclusiva, democrática e humana. A continuidade do governo de direita, por outro lado, poderia significar séria ameaça ao modelo de bem-estar social nórdico.

O resultado da eleição dinamarquesa também tem, assim, importância para além-fronteiras. A Dinamarca, com os outros países nórdicos, até agora têm mostrado que é possível um capitalismo controlado, democratizado, socialmente mais equilibrado, e que o mesmo pode persistir mesmo num mundo globalizado.



1

1. Johanne Schmidt-Nielsen, porta-voz política do Enhedslisten

(foto: jornal Berlingske Tidende)

2. Margrethe Vestager, ministra da Economia e líder do partido Det Radikale Venstre

(foto: jornal Kristeligt Dagblad)

3. Pia Kjaersgaard, líder do Dansk Folkeparti

(foto: www.avisen.dk)



2



3

Sobre o CONSUNI - Conselho Universitário

O CONSUNI aprovou este mês a proposta da reitoria para redução da carga horária e definição de vagas novas na área de saúde. O SINSEPES pediu vistas e incluiu mais algumas categorias que ficaram de fora do processo. A intenção, além de adequar as necessidades da FURB, foi a de seguir as orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece carga horária semanal menor para profissionais que tratam diretamente com pacientes e têm atividade extenuante com stress. Não foi aprovada a inclusão do técnico e do auxiliar em laboratório de histopatologia e o técnico em prótese dentária. A mudança altera a Lei Complementar 743/2010. Junto com o pacote outro processo alterará a Lei 744/2010 que estabelece os parâmetros das referências inicial e final dos cargos novos.

O direito de manutenção salarial e das alterações de carga horária estão garantidos para os servidores que ocupam atualmente esses cargos. A reivindicação do SINSEPES em alterar o calendário de eleições que implicaria em alteração da data da posse de cargos eletivos conciliando o período do início de semestre e a carga horária de docentes foi encaminhada pela Reitoria através do processo nº 013/12. As discussões envolveram a legalidade jurídica na alteração de mandatos, o que altera outras resoluções e o estatuto conforme o Parecer da Procuradoria no Processo 014/12.

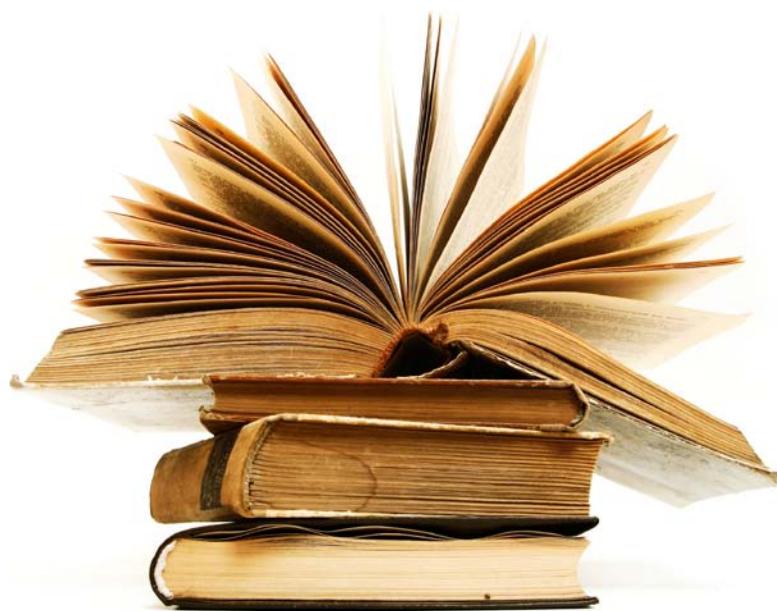
A alteração necessária de 2/3 dos votos do Consuni para uma das proposições complementares. A votação ficou dividida entre prorrogar os mandatos dos atuais Chefes de Departamento e Coordenadores de Colegiado de Curso bem como seus representantes nos Conselhos de Centro, Colegiados, CONSUNI e CEPE ou aprovar um mandato estendido para a próximos eleitos. O SINSEPES bem como a grande maioria dos presentes optou pela segunda opção. Poucos foram os votos para a prorrogação dos mandatos atuais. Resultado: não foi alcançado os 2/3 necessários e ficamos na mesma. Apenas o calendário eleitoral com poucas modificações foi aprovado.

Música erudita ao alcance da população

A Orquestra de Câmara de Blumenau apresenta dia 13 de maio, às 19h, no Teatro Carlos Gomes, o espetáculo "As Quatro Estações em Santa Catarina", sucesso de público e crítica no ano de 2008. Num telão que serve como pano de fundo para a orquestra, serão exibidas imagens de nosso Estado, em cada uma das respectivas estações do ano.

O espetáculo tem regência de Daniel Bortholossi e direção artística de Daniela Girardello.

A entrada é gratuita. Mas para garantir acesso ao espetáculo, é necessário retirar ingressos com antecedência, na bilheteria dos teatros. Mais informações: www.orquestradeblumenau.com.br



Esclarecimentos sobre a Comissão da Cantina

O SINSEPES esclarece que as informações divulgadas na última edição sobre a comissão tiveram como base um representante do Sindicato que integra a Comissão Especial de Acompanhamento dos Serviços de Cantina nos Campus da Furb. A comissão não solicitou à Reitoria nova licitação dos espaços. Cabe a ela gerenciar o contrato entre ambas e a decisão de nova licitação cabe à administração superior da Furb.

Documentário expõe as condições precárias do trabalho em frigoríficos

Exibido na Mostra Herbert Holetz do Festival de Cinema de Blumenau, o documentário Carne, Osso retrata a vida dos trabalhadores em frigoríficos brasileiros. O trabalho de Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros mostra a história pouco conhecida de trabalhadores dessas empresas, afastados por sobrecarga de trabalho, por degenerações físicas provocadas na longa jornada de movimentos repetitivos e pela falta de segurança de trabalho.

O documentário começa mostrando a rotina nas esteiras de frigoríficos de aves, onde a produtividade exigida é de desossar e cortar seis coxas e sobrecoxas de frango por minuto. Depois mostra o corte de gado, a difícil limpeza e a força extrema e necessária para a função.

As rotinas são intercaladas com entrevistas com trabalhadores que desenvolveram problemas de saúde, como paralisia nas mãos, ou sofreram acidentes de trabalho, tendo membros decepados e cortes profundos. Especialistas e autoridades em trabalho comentam a exaustiva jornada de trabalho, o excesso de repetição de movimentos, com dados e opiniões técnicas.

"Carne, Osso" é resultado de dois anos de trabalho e muitas pesquisas, que acabam por mostrar um quadro de degradação física e psicológica que o trabalho nos frigoríficos traz aos funcionários.

O documentário é realizado pela ONG Repórter Brasil, que produz matérias, pesquisas e documentários sobre o universo do trabalho e dos direitos humanos. Imperdível.

Biblioteca da Furb comemora 44 anos com o desafio de ser referência cultural

Com um acervo de mais de 500 volumes, a Biblioteca Universitária Professor Martinho Cardoso da Veiga completou 44 anos dia 28 de abril com um desafio para os próximos anos. O diretor da biblioteca, Darlan Jevaer Schmitt, elege como prioridade da gestão a transformação do espaço em referência cultural para a região.

Para isso, pretende criar uma galeria permanente para expor obras de arte, além de promover eventos como palestras, cursos e atividades artística-culturais, como apresentações musicais, conversas com escritores locais e exposições.

O espaço que começou a partir da doação do acervo particular do Professor Martinho Cardoso da Veiga, mantém ainda o Centro de Memória Universitária, o site de literatura Sarau Eletrônico, e integra diversos Conselhos no âmbito da biblioteconomia, da promoção da leitura e de redes e sistemas de informação.

“O remorso de Baltazar Serapião”

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, *Editor do Sarau Eletrônico* <viegas@furb.br>

“a voz das mulheres estava sob a terra, vinha de caldeiras fundas onde só o diabo e gente a arder tinha destino. a voz das mulheres, perigosa e burra, estava abaixo do mugido e atitude da nossa vaca, a sarga, como lhe chamávamos.”

É assim, com toda esta carga de misoginia e oralidade, que o narrador – e também protagonista – de “o remorso de Baltazar Serapião” começa a narrar sua história, ambientada em uma Idade Média qualquer. Baltazar Serapião (vou grafar os nomes próprios com as iniciais em caixa alta, ao contrário de Valter Hugo Mãe – o autor – que em momento algum utilizou maiúsculas em seu romance porque, segundo declarações suas ao jornal O Globo em 2011, desta forma procurou aproximar o texto escrito ao fluxo da linguagem oral) é um camponês que habita as terras de Dom Afonso juntamente com sua família: o pai, a mãe, a irmã Brunilda, o irmão Aldegundes, a esposa Ermesinda e a vaca de estimação Sarga, com a qual a família é associada.

Segundo as crenças dos moradores do feudo de Dom Afonso, os filhos da família Serapião eram todos Sarga porque nascidos do ventre da vaca, fato contestado por Baltazar. E talvez seja este o principal tema deste romance de Valter Hugo Mãe: a busca da humanização, da superação do ser humano do seu estado bestial, da exploração do trabalho e do corpo coisificado, da vivência em detrimento da sobrevivência. É “a luta pela humanidade plena travada pela família apelidada de Sarga”, como aponta o crítico Sérgio Rodrigues no texto “Avacalhando preconceitos”, o eixo ao redor do qual se desenvolvem as desventuras dos Serapião: o casamento de

Baltazar com a mais bonita das mulheres, Ermesinda, que aos poucos vai sendo mutilada e desfigurada pelos ciúmes do marido; a descoberta dos pendores artísticos em Aldegundes, pintor capaz de tirar “caras de anjo e corpos claros a confundirem-se com perfeições nunca vistas” de camponeses estropiados pelas duras condições da vida; a exploração sexual de Brunilda e Ermesinda; ou a maldição de uma bruxa que escapa do linchamento público não sem antes ter seu corpo marcado pelo fogo. Imersos em uma atmosfera de realismo mágico, em território atravessado pelos preconceitos de toda ordem, o amor, a arte e a proximidade com o poder são os elementos que se apresentam capazes de devolver aos Serapião a dignidade de humanos; mas que ao fim tombam frustrados. Tudo que resta, afinal, é a passividade bestial da Sarga, a vaca.

Valter Hugo Mãe, apesar de nascido em Angola, é radicado no interior de Portugal desde a infância. O universo de “o remorso de Baltazar Serapião” pode ter emergido da experiência social do autor na província em que cresceu, como de alguma forma já declarou em entrevistas para a imprensa. Entretanto, o que o romance parece apontar é uma espécie de síntese entre a literatura portuguesa contemporânea (principalmente naquilo que se refere aos experimentalismos estéticos da linguagem de José Saramago e sua arquitetura fabulosa) e a literatura pós-colonial praticada atualmente nos países lusófonos, onde a oralidade, os elementos mágicos e fantásticos e um certo engajamento social quando da escolha dos temas a serem trabalhados são as principais características a serem destacadas. É o caso, por exemplo, da condição da mulher, tema

recorrente em obras de autores africanos como Paulina Chiziane, Mia Couto, José Eduardo Agualusa entre muitos outros.

No mundo retratado em “o remorso de Baltazar Serapião”, “as mulheres só são belas porque têm pareças com os homens”. Desprovidas de inteligência, porém ardilosas e “muito perigosas, alimentavam os homens e podiam fazê-los comer pó que os matasse”. Ainda segundo o narrador-protagonista, “o que lhes tirou deus em préstimo de espírito deu-lhes em curvas e cor, servem perfeitamente para nos multiplicar e muito agradar. mas isso de inteligência é como te disse, cuidado com o que sabem porque acham mais do que sabem.”

Apesar de abusar de recursos há muito e repetitivamente experimentados (como o uso dos neologismos inspirados em Guimarães Rosa e abusados por Mia Couto, e a subversão das regras de pontuação e da gramática – pertinentemente inaugurada pelos modernistas e magnificamente apropriada por Saramago), ecoando como clichês cansativos nas obras desta novíssima geração de escritores lusófonos a qual Valter Hugo Mãe pertence, “o remorso de Baltazar

serapião”, vencedor do “Prêmio Literário José Saramago” em 2007, interessa e provoca. Tecitura de uma tentativa identitária entre uma Europa economicamente decadente e uma África que procura se construir a partir dos escombros herdados do colonialismo, a história das desventuras da família “Serapião” incomoda-nos porque nos leva a pensar nossa condição de humanos bestializados que sobrevivem acreditando viver, tangidos pelas idiosincrasias da economia e mergulhados no caldeirão confuso do medo e da magia.



Ilustração que serve como capa do livro *O remorso de Baltazar Serapião*, de Valter Hugo Mãe

Onde está a livraria da FURB?

Por diversas vezes ocupei este espaço do Expressão Universitária para publicar resenhas e comentários sobre livros e autores. Em um tempo em que as pesquisas demonstram queda nos níveis de leitura dos brasileiros, falar de livros (ainda que isto possa significar dar murros em ponta de faca) significa muito mais do que estabelecer um espaço de estímulo à leitura, significa criar um espaço de resistência. E tão importante quanto estimular a leitura é manter lugares onde as pessoas possam acessar e adquirir livros.

Quando Eduardo Deschamps assumiu a Reitoria da FURB, uma de suas primeiras medidas foi desmantelar a

Editora da FURB. A Edifurb desapareceu do organograma da Fundação, e sua capacidade operacional foi reduzida a limites mínimos. Ainda em novembro de 2006 houve a transferência da livraria (vinculada à Edifurb) do Bloco A para o Bloco J. Transferência irresponsável e injustificável, que significou enormes prejuízos para a FURB. Em março de 2005, quando ainda estava em seu espaço próprio no Bloco A, a livraria comercializou R\$ 21.591,57; em 2007, primeiro ano após sua transferência para o Bloco J, o valor caiu para R\$ 6.002,40; no ano seguinte a queda foi ainda maior, R\$ 2.494,51. Infelizmente não possuímos os valores mais

recentes, porém tudo leva a crer que não houve tendência de melhora.

Quando em campanha, o atual Reitor João Natel prometeu colocar a cultura como uma das prioridades de sua gestão. Entretanto, a atenção que dispensa à Livraria da Edifurb destoia do seu discurso. Em agosto de 2011 a livraria foi transferida do Bloco J para um cubículo no último andar da Biblioteca, espaço totalmente inadequado para seus fins. Muitos são os professores e visitantes de instituições diversas que nos visitam, buscam conhecer nossa livraria e decepçionam-se diante do ambiente que encontram. Em seu lugar, no Bloco J, está hoje a agência da Blucredi.

A promessa da Reitoria era que a livraria ocuparia as dependências onde atualmente está localizada a agência do Banco do Brasil, no Bloco I, mas oito meses após a transferência, isto ainda não aconteceu. Por outro lado, o espaço original da livraria, no Bloco A, está hoje subaproveitado, abrigando uma sala de professores na maior parte do dia vazia. Um absurdo!

É inadmissível que dentro de uma Universidade, bancos tenham preferência sobre a livraria. Se a cultura realmente importa para a atual gestão, urge devolver à Livraria da Edifurb o espaço maiúsculo que merece.



Roberto Burle Marx conquistou o mundo ao reunir arte e beleza nos seus jardins (fotos: Burle Marx e Cia. Ltda e João Francisco Noll)

Paisagem em movimento

Jardins de Roberto Burle Marx no Vale do Itajaí reforçam o talento do paisagista que compreendeu a beleza da flora nativa e a elevou para a condição de arte

POR JOÃO FRANCISCO NOLL, professor do Departamento de Arquitetura da FURB <jacitara@furb.br>

A história do paisagismo brasileiro, a partir de 1930, está ligada à obra mundialmente famosa de Roberto Burle Marx, um dos brasileiros mais consagrados no exterior, em todos os tempos. Foi o maior paisagista do século XX, o criador do paisagismo moderno, distinguido e premiado nacional e internacionalmente. Artista de múltiplas artes, foi desenhista, pintor, tapeceiro, ceramista, escultor, pesquisador, ourives e cantor, sensibilidades que conferiram características específicas a toda a sua obra. Burle Marx nasceu em São Paulo em 1909, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1994. Entre 1928 e 1929 sua família residiu na Alemanha na esperança de buscar-lhe tratamento a um problema de visão. Lá teve a oportunidade de visitar exposições artísticas, como as de Monet, Manet, Renoir, Matisse, Picasso e de Klee. Foram, no entanto, pinturas de van Gogh que profundamente lhe emocionaram, a ponto de contribuir para que abandonasse suas aspirações musicais e se dedicasse à pintura. Outra visita que lhe marcou ainda com mais força foi ao Jardim Botânico de Dahlem, em Berlin. Burle Marx viu na Europa o que não havia tido a oportunidade de conhecer em seu país: a beleza da flora nativa, que lhe deu as bases para toda a sua atividade de paisagista. Ante tal revelação, decidiu lutar pela valorização da flora autóctone brasileira.

De volta ao Rio de Janeiro, paralelamente à pintura, ao desenho e ao curso de Artes Plásticas na Escola Nacional de Belas Artes - curso que também frequentava Oscar Niemeyer, começou a cultivar, colecionar e classificar plantas nativas em sua casa no Leme. Seu primeiro projeto paisagístico foi para a Casa Alfredo Schwartz, dos arquitetos Lúcio Costa e Gregori Warchavchik, em 1932, hoje desaparecida. Burle Marx projetou um

jardim de cobertura revolucionário, usando a estética da pintura abstrata e plantas tropicais. A conservadora elite estranhou a abstração e a tropicalidade de Burle Marx, mas a renovação nas artes e na arquitetura foi uma irresistível tendência.

Os primeiros jardins de Burle Marx foram executados no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Produziu obras de expressão na Europa, Ásia, Oriente Médio, África e nas Américas. No Brasil desenvolveu projetos em diversos estados brasileiros, entre eles Santa Catarina. Nesse estado projetou para Florianópolis, Joinville, Laguna, Criciúma, Rodeio e Blumenau.

Burle Marx soube renovar a arte do paisagismo, introduzindo os princípios da composição plástica erudita de sentido abstrato na concepção, escolha e traçado de seus jardins

A MODERNIDADE EM BLUMENAU

Nas cidades do Vale do Itajaí Burle Marx tem obras realizadas em Rodeio e Blumenau, com arquiteturas de Hans Broos. Em Blumenau, a grande repercussora de suas obras foi a Cia. Hering. Interessada na integração da natureza em suas fábricas, o resultado foram fábricas-jardins.

Conforme pesquisa da bolsista Loraine Duarte, Burle Marx realizou, em 1973, os projetos para a unidade

da Água Verde (Costura da Velha); em 1979, os projetos para a Praça Histórica, na sede da empresa, no Bairro Bom Retiro; e em 1980, realizou os projetos de ambientação geral da fábrica, unidade do Bom Retiro. A unidade da Água Verde foi vendida e o acesso aos seus jardins não foi possível por dificuldades em contatar com responsáveis que autorizassem a visita.

No que à unidade do Bom Retiro se refere, a composição arquitetônica e paisagística dos edifícios antigos e novos é harmoniosa com a topografia. A vegetação das ruas, áreas de estacionamento, praças e os jardins da Praça Histórica e da cobertura do centro social cuidadosa e visualmente interligam-se com a vegetação natural, dando continuidade à vegetação dos morros e ao verde das antigas árvores.

A Praça Histórica, com sua pavimentação, vegetação e o murmúrio de suas fontes, configuram exponencial caráter de espaço de estar, muito frequentado pelos funcionários dessa unidade têxtil.

Entre essa praça e o acesso ao jardim da cobertura, outro espaço de estar chama a atenção por seu caráter de privacidade e intimidade. Configurado como um semi-círculo, tem cobertura propiciada pelas copas das árvores, e paredes compostas por arbustos de grandes folhas de cor verde clara.

O jardim da cobertura foi condicionado pela forma do edifício sobre o qual está situado. Composto de formas regulares, racionais assimétricas, com ritmo e harmonia, o paisagismo está preservado, tendo algumas diferenças de plantas do projeto original. Em meio a esse jardim elevado, observam-se elementos arquitetônicos que possibilitam ventilação a ambientes situados no pavimento inferior, sobre os quais Burle Marx implantou florei-

ras que os integram ao jardim. Burle Marx utilizou muitas cores nesse projeto, dentre elas as mais presentes são a verde, roxo, amarelo e branco, além do uso da diversidade das formas geométricas, criando um jardim muito atraente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Burle Marx foi o artista da liberdade, e soube usá-la com exponencialidade em suas obras. As formas se sobrepõem e se complementam num jogo plástico que parece desbordar dos limites do jardim; a vegetação, a água, os pavimentos, propõem uma estrutura visual de tensões e ritmos quase musicais, como se os sons autóctones se mesclassem aos ritmos de dança de moda da época num coquetel explosivo de força e vitalidade.

Burle Marx soube renovar a arte do paisagismo, introduzindo os princípios da composição plástica erudita de sentido abstrato na concepção, escolha e traçado de seus jardins, o que levou Tarsila do Amaral, ao visitar suas estufas com plantas 'esquisitas', cognominá-lo "o poeta dos jardins".

O trabalho de Burle Marx na unidade Bom Retiro está inserido na linguagem arquitetônica e paisagística de seu tempo. O paralelo entre suas obras e a Arquitetura Moderna Brasileira é tão estreito, que pode ser descrito nos mesmos termos: espontaneidade emocional e reavaliação da linguagem plástica e dos meios de expressão. Sua inovadora proposta implicou não apenas numa postura de valorização da flora nativa, mas também no uso de outros materiais, sintetizando sua busca pela arte com seu conhecimento de plantas. Burle Marx entendeu a beleza da flora nativa, e elevou o uso das plantas brasileiras para uma forma de arte em seus projetos.